

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 538.412 - SP (2019/0302772-6)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : LUCA DE CAMPOS CARRER**  
**ADVOGADO : LUCA DE CAMPOS CARRER - PR082282**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : EDER MARIANO DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de EDER MARIANO DA SILVA no qual se aponta como autoridade coatora Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo relator do HC n. 2223145-09.2019.8.26.0000.

Depreende-se dos autos que, em 2/10/2019, o paciente foi preso em flagrante pela prática, em tese, do crime de estelionato e de uso de documento falso. A custódia foi convertida em prisão preventiva pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Assis (SP) – e-STJ fls. 57/58.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem alegando a ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar e falta de fundamentação idônea da decisão que decretou a prisão preventiva. Requereu, assim, a concessão de liberdade provisória ao paciente, com ou sem imposição de medidas cautelares diversas da segregação provisória.

Contudo, o pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 20/22).

Daí o presente *habeas corpus*, em que se postula o afastamento da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal em razão da manifesta ilegalidade e reiteram-se os argumentos lançados na impetração anterior.

Requer-se, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, expedindo-se o competente alvará de soltura em favor do paciente.

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de não caber *habeas corpus* ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada

# Superior Tribunal de Justiça

flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do STF), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe *habeas corpus* perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em *writ* impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível *habeas corpus* contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio *mandamus*, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio *mandamus*, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 345.456/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar de forma mais detida a argumentação constante da impetração.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado

# Superior Tribunal de Justiça

constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

A propósito, constou da decisão ora combatida a referência à possível prática de outros delitos pelo paciente, tais como falsificação de documento, adulteração de chassi e associação criminosa, razão pela qual é conveniente a manutenção da custódia. Destacou também o decreto de prisão que o paciente, recentemente, em 20/9/2019, foi abordado em situação semelhante, na companhia de outros indivíduos, fazendo-se assim necessária a custódia cautelar para garantia da ordem pública e para cessar a atividade delitiva (e-STJ fls. 57/58).

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator